

## ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: RELAÇÃO DO ICMS COM O SALÁRIO DOS BRASILEIROS<sup>1</sup>

Tamara da Silva Santos<sup>2</sup>, Iara Maria Silva Andrade<sup>3</sup>,  
Kerla Fabiana Dias Cabral<sup>4</sup>

**Resumo:** *Este trabalho tem como objetivo analisar a carga tributária incidente no Brasil, em especial o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com o intuito de discutir sobre a distribuição e os impactos que a mesma proporciona para a sociedade. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e análise documental. Os dados foram coletados através de artigos científicos, e buscas em sites oficiais do governo como o Ministério da Fazenda. No que diz respeito aos resultados, pode-se verificar que essa tributação apresenta grandes variações, sobrecarrega a população mais pobre em função de incidir sobre o consumo, e compromete grande parte dos salários dos brasileiros; deixando clara a emergência de uma revisão e redistribuição dos índices, referente a composição do PIB do país, e a avaliação sobre as vantagens de se tributar sobre a renda como acontece nos países desenvolvidos. Constatou-se então que é de extrema importância o conhecimento de toda a sociedade, sobre a exploração que acomete a população mais carente, bem como na escolha dos representantes que irão tomar as decisões no meio político em nome dos mesmos; para que assim, possam se mobilizarem e buscarem por mudanças, que contribuem para o desenvolvimento do país como um todo, e não apenas de uma pequena parcela detentora de capital.*

**Palavras-chave:** *Consumo, desigualdade, sociedade, tributação.*

**Abstract:** *This work aims to analyze the tax burden in Brazil, especially the tax on goods and services (ICMS), in order to discuss the distribution and the impacts that it provides to society. The methodology used was literature review and*

---

<sup>2</sup> Graduando em Administração – FACISA/UNIVIÇOSA. e-mail: tamara.s.santos96@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Administração – FACISA/UNIVIÇOSA. e-mail: iaramandrade@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Administração- Universidade Federal de Viçosa – Professora FACISA/UNIVIÇOSA- e-mail: kerlacabral@hotmail.com

*document analysis. Data were collected through scientific articles, and searches on official government sites such as the Ministry of Finance. Regarding the results, it can be seen that this taxation varies widely, overloads the poorest due to focus on consumption, and undertakes much of the wages of Brazilians; highlighting the emergence of a review and redistribution of indexes, referring to the country's GDP composition, and the evaluation of the advantages of tax on income as in developed countries. It was found then that is extremely important knowledge of the whole society on the exploitation that affects the poorest people and the choice of representatives who will make the decisions in the political environment on their behalf; so that, they can mobilize and seek for change, contributing to the development of the country as a whole, and not just a small portion holds money.*

**Keywords:** *Consumption, inequality, society, taxation*

### **Introdução**

O Brasil apresenta um dos mais elevados índices de desigualdade e de distribuição da renda no mundo. De acordo com Ministério da Fazenda (2016) o coeficiente de Gini, que avalia a distribuição da riqueza de um determinado lugar, índice que varia entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade; no Brasil em 2014 o índice foi de 0,490; o que demonstra que uma pequena parcela da população concentra a maior parte da riqueza do país, enquanto os demais vivem com baixos rendimentos.

Em consequência disso, muitos problemas começam a aflorar, dentre eles a carga tributária. Entende-se, portanto, que carga tributária é a soma de todos os tributos pagos à União ou ao órgão responsável, dependendo da competência do imposto: Municipal, estadual ou Federal. Em virtude de a carga tributária ser cobrada de acordo com o consumo no país, os diversos níveis da população (classe A B ou C) pagam o mesmo valor de impostos, mesmo possuindo rendas diferentes; e em alguns casos não sabem o destino final do dinheiro, e nem onde ele está sendo empregado, por se tratar de um

tributo não vinculado e que não emite uma contraprestação específica para o cidadão.

Ademais, o sistema tributário Brasileiro é visto como regressivo, em função da cobrança alta de impostos a uma parcela da população que não tem condições de pagar, por se encontrarem em condições de pobreza e miséria. De acordo com Martins (1994, p.141) se a soma de diversos tributos incidentes representa carga que impeça o pagador de tributos de viver e se desenvolver, estar-se-á perante carga geral confiscatória, razão pela qual todo o sistema terá que ser revisto, mas principalmente aquele tributo que, quando criado, ultrapasse o limite da capacidade contributiva do cidadão.

Dessa forma o trabalho tem como objetivo analisar a carga tributária no Brasil, verificando se os tributos a serem pagos foram construídos de maneira eficiente, a fim de elevar o desenvolvimento e o crescimento do país, comparando se está sendo feita uma distribuição equitativa das contribuições entre a sociedade como um todo, e a relação com as tributações dos demais países do globo.

### **Material e Métodos**

O presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter descritivo e qualitativo, que segundo Gil (1994) se desenvolve a partir de material já elaborado e consolidado em livros e artigos; na qual a escolha se justifica pela oportunidade de se analisar um determinado fato, sob um novo ponto de vista, permitindo chegar a novas conclusões e opiniões.

A técnica documental, se vale de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor, e se justifica neste estudo por possibilitar a ampliação do entendimento do assunto, cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Os documentos foram coletados por meio de relatórios, acessados por meio eletrônico em site oficial do governo, sendo este Ministério da Fazenda. Para a

pesquisa bibliográfica, neste trabalho não se utilizou de teses de doutorado, ou registros de congressos científicos como fonte de estudo, optou-se por utilizar artigos publicados em periódicos, uma vez que estes possuem certificação por terem sido submetidos a análises críticas de seus pares.

## **Resultados e Discussão**

Para entender o conceito de Carga Tributária, inicialmente é necessário entender o que são os tributos, onde eles são aplicados e convertidos, e qual a sua importância. De acordo com Nogueira (1999), os tributos são receitas derivadas que o Estado recolhe do patrimônio dos indivíduos, baseado no seu poder fiscal (poder de tributar, às vezes consorciado com seu poder de regular), mas disciplinado por normas de direito público que constituem o Direito Tributário. Ou seja, é o dinheiro arrecadado pelo Estado para atender as necessidades básicas dos cidadãos, como saúde, educação, segurança, entre outros.

Vale ressaltar a diferença entre Tributos e Impostos. Os tributos compõem o conjunto das obrigações tributárias do qual fazem parte os impostos, taxas, contribuições especiais (PIS, COFINS e FGTS), contribuição de melhoria e empréstimo compulsório. Desta forma, os impostos fazem parte de uma espécie de tributo dentre tantos, que não gera uma contraprestação específica, isto é, um retorno de onde ele será aplicado por parte do Estado, ficando sob responsabilidade deste último, decidir o seu destino.

A carga tributária do Brasil, responde por 33,4% do PIB em 2016, o que significa uma queda de 1,8% se comparada ao ano de 2008 (35,2%). De acordo com MENDES (2007) o PIB é o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos no país em um dado período de tempo, e pode ser medido de acordo com a produção, a renda, e as despesas.

O ICMS por sua vez, responde por 20,21% do PIB, mostrando a alta tributação indireta sobre o consumo, uma vez que tributar sobre o mesmo faz com que quanto menos dinheiro o cidadão tenha, mais ele pague

percentualmente; enquanto para os mais ricos o consumo representa um percentual menor da renda total, pois se poupa mais, já que investimentos e aplicações são menos taxados pelo governo, o que produz grandes distorções. Logo, uma forma de equilibrar o sistema e torna-lo eficiente diz respeito a tributação sobre a renda, como já acontece em alguns países como EUA, Reino Unido, França, Canadá e Argentina, fazendo com que haja uma igualdade social e uma cobrança justa, buscando amenizar a regressividade do sistema tributário brasileiro; o que pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Comparação da distribuição da carga tributária do Brasil e com os demais países desenvolvidos.

	BRASIL	EUA	REINO UNIDO	FRANÇA	CANADÁ	ARGENTINA
Consumo	44%	18%	30%	25%	24%	52%
Renda	21%	44%	38%	22%	47%	16%
Contribuições Sociais	26%	23%	19%	38%	16%	21%
Patrimônio	6%	12%	12%	9%	11%	9%
Demais atividades	3%	3%	1%	6%	2%	2%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

Recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado “Pobreza, desigualdade e políticas públicas”, concluiu que a carga tributária é de fato excessiva para a população mais pobre. O sistema tributário brasileiro é um dos maiores obstáculos ao fim da miséria no país. De acordo com o levantamento, quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 1.020) compromete 48,9% de sua receita com impostos, enquanto os que recebem mais de 30 mínimos (R\$ 15.300) sofrem uma carga de apenas 26,3%. Para o

Ipea, a carga das pessoas que estão na base da pirâmide teria de cair cerca de 86% para se igualar à das camadas do topo. (IPEA)

Essa variação acontece, principalmente, devido o imposto estar embutido em todas as operações que envolvem a compra e a venda de mercadorias e serviços. Sendo assim, com a facilidade para se obter o crédito nos bancos, a população mais pobre começou a consumir mais, e a desfrutar de bens materiais que antes eram inalcançáveis. Porém, apesar de ficar estabelecido um equilíbrio entre os benefícios de ambas as classes A ou C, a renda ainda varia, pois a capacidade contributiva de cada um é inversamente proporcional ao salário ganho.

### **Considerações Finais**

Podemos concluir que a carga tributária no Brasil é alta e incide de forma mais incisiva sobre os mais pobres, colaborando para a desigualdade social. Observa-se a necessidade de uma reforma tributária para que os impostos sejam cobrados de forma mais equitativa, garantido o alcance dos direitos e a diminuição dos abismos sociais.

É preciso que ocorram mudanças no setor tributário; entretanto, estas não dependem somente do Estado. A participação e a mobilização da sociedade para exigir de seus políticos soluções que venham satisfazê-la como um todo, e não apenas uma pequena parcela da mesma, é uma das medidas que podem ser implantadas, além da criação de uma contribuição sobre grandes fortunas, por parte do Estado, a fim de desonerar um pouco da tributação incidente sobre o consumo, e aplicar sobre o patrimônio e a renda, com a finalidade de tornar o sistema mais justo; e extinguindo o famoso Paraíso Fiscal, (sistema no qual os ricos obtêm vantagens sobre os mais pobres).

### **Referências Bibliográficas**

ARBIX, Glauco. A queda recente da desigualdade no Brasil. *Nueva Sociedad*, v. 212, p. 1, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/maio/200bspe-divulga-relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-no-brasil>>. Acesso 25 de ago. 2016

GIL, Antônio Carlos. Pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IPEA. Pobreza, desigualdade e políticas públicas. BRASIL 12 jan. 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100112\\_comunicadoipea38.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100112_comunicadoipea38.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

MENDES, Magno Carlos, (et al). Introdução a Economia. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2007. 158p.

REVISTA JURIDICA UNIFIL, nº4 edição IV, p. 78 e 88, 2007. Disponível em: < <http://unifil.br/portal/images/pdf/documentos/revistas/revista-juridica/edicao-2007.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2016.